

A contradição político-pedagógica dos Pré-Vestibulares Populares frente às políticas de ações afirmativas

Igor Corrêa Pereira *

Resumo: Dentro de um cenário em que o vestibular passa cada vez mais a sofrer críticas pelo caráter excludente das camadas mais populares da juventude, faz-se necessário refletir sobre o posicionamento político-pedagógico dos pré-vestibulares populares (PVP's), em especial frente às políticas de ações afirmativas. Fenômeno de ocorrência nacional principalmente a partir dos anos 90, os PVP's, espaços que utilizam os conteúdos exigidos nos vestibulares como fator de mobilização de milhares de pessoas interessadas no ingresso ao ensino superior, são projetados por concepções político-pedagógicas contraditórias. Pelo menos dois posicionamentos projetam a importância dos PVP's: por um lado, são entendidos como política pública que pode contribuir para democratizar o ingresso no ensino superior; de outro, atuariam como movimento social, e nessa qualidade devem pressionar o Estado para que ele construa políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, dentre elas a política de cotas étnico-sociais. Para além de situar o debate a respeito da implementação do programa de ações afirmativas, o objetivo desse artigo é contribuir para o desafio da mudança de concepções pela qual passa a universidade brasileira, marcadamente no último quinquênio.

Palavras-chave: PVP's, ingresso ao ensino superior, movimentos sociais, ações afirmativas, universidade brasileira.

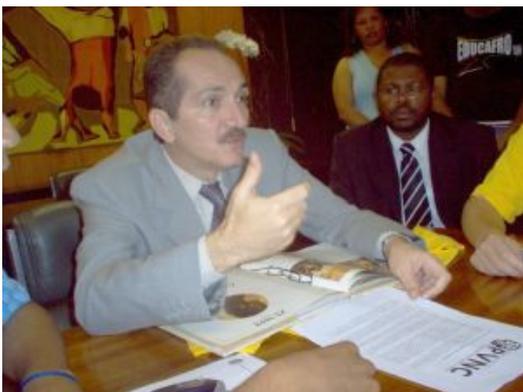
The politic-pedagogical contradiction of popular college-prep relating to public policies of affirmative actions

Abstract: In a setting where the university admission exams are increasingly suffering critics for being exclusionary for the unprivileged youth, it is necessary to think about the political and educational placement of the popular college-prep (PVP's – abbreviation in Portuguese) especially relating to public policies of affirmative actions. A national phenomenon occurred mainly in the 90s, the PVP's, which are spaces that use the content as required in college-prep factor that mobilizes thousands of people interested in admission to higher education, are designed by contradictory political and pedagogical conceptions. At least two placements projected the importance of the PVP's: on the one hand, are perceived as public policy which can help democratize the access to higher education, on the other, act as a social movement, and as such should press the state to build policies that build democratization of access to public higher education, including the policy of ethnic and social quotas. In addition to placing the debate about the implementation of affirmative action, the objective of this paper is to contribute to the challenge of changing conceptions which is the Brazilian university, markedly in the last five years.

Key words: PVP's, admission to higher education, social movements, affirmative actions, Brazilian university.



* **IGOR CORRÊA PEREIRA** é Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria e Técnico em Assuntos Educacionais da Secretaria Acadêmica do Instituto de Física /UFRGS.



Entrega de documento reivindicativo da política de ações afirmativas pelo *Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)* em conjunto com o *Educação e Cidadania para Afrodescendentes (EDUCAFRO)* ao então Presidente da Câmara dos Deputados Aldo Rabelo no dia 13 de outubro de 2005. Fonte: <http://pvnc.sites.uol.com.br/cotas.htm>

Considerações iniciais

A democratização do acesso ao ensino superior é um compromisso que o Estado brasileiro tem se proposto a alcançar. De acordo com o Plano Nacional de Educação, *no conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior* (BRASIL, 2001 p. 62). Enquanto países da América Latina, Europa, Canadá, EUA, Coréia, dentre outros, já alcançaram um patamar entre 15 e 40%, o caráter de acesso de nossa universidade ainda é considerado de elite, com apenas 12% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados em instituições de ensino superior (BRASIL, 2001).

Entre os movimentos sociais que discutem educação, bem como na academia, intensificam-se os debates a respeito de uma Reforma Universitária que permita mudanças na forma de acesso a universidade. O vestibular passa cada vez mais a sofrer críticas pelo seu caráter excludente das camadas mais populares da juventude. A extinção do vestibular já figura no conjunto de pautas de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Apresenta-se como desafio claro a construção de outro modelo de ingresso,

pautado por outros parâmetros que não a questionável *meritocracia* do vestibular.

Dentro desse processo de mudanças, nos últimos anos, o sistema de acesso ao ensino superior em boa parte das universidades públicas tem sofrido uma transição. De um modelo baseado unicamente na noção de mérito individual, caminha-se para um modelo que introduziu variáveis como cor, etnia ou raça, origem escolar, e necessidades físicas como fatores a serem ponderados na seleção (SANTOS & QUEIROZ, 2006).

Convém destacar que mais da metade das universidades estaduais e 42% das federais adotam atualmente algum tipo de ação afirmativa (UERJ, 2008). Este é um processo que inicia em 2002, com a implantação do primeiro Programa de Ações Afirmativas na UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Estas mudanças não estão acontecendo sem conflito. O Programa de Ações Afirmativas tem ocasionado uma tensão política na sociedade, materializada nas ações de inconstitucionalidade impetradas na Justiça contra a medida. De um lado, há os que defendem o mérito como critério único para o ingresso e deslegitimam a noções étnico-sociais (raça, etnia, origem escolar, necessidades físicas) como variáveis a ser consideradas; de outro, há aqueles que condenam o caráter elitista do vestibular, apontando a necessidade de democratizar étnico-socialmente o ensino superior, considerando para isso, a reserva de vagas como indispensável.

Essa contradição político-pedagógica situa a importância dos Pré-Vestibulares Populares (PVP's)¹. Tanto os

¹ Os PVP's são iniciativas concebidas pela sociedade civil que se expressam como fenômeno de ocorrência nacional marcadamente a partir do início dos anos 90. Estima-se que existam atualmente mais de 1000 cursos desta natureza,

posicionamentos favoráveis quanto os contrários às cotas projetam político-pedagogicamente os PVP's. A diferença de concepção entre os dois posicionamentos define pelo menos dois projetos distintos para estes espaços de ensino. No presente artigo, serão situados estes posicionamentos, bem como a concretude de seus projetos político-pedagógicos em relação aos PVP's.

1. O Programa “Diversidade na Universidade”: PVP's como alternativa às cotas

É importante ressaltar que a necessidade de cotas passa a ganhar força a partir da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, das Nações Unidas, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul. Os documentos resultantes desta conferência, dos quais o Brasil é signatário, recomendavam claramente a adoção deste tipo de política, que passava a configurar, naquele mesmo período, como uma das bandeiras do movimento negro no Brasil (ALMEIDA, 2008).

No entanto, para os grupos dentro do governo contrários a adoção dessa política, os PVP's surgiram como espécie de *válvula de escape* para aliviar a pressão que vinha de dentro e de fora do Brasil. Para os grupos contrários às cotas, os PVP's eram vistos como espaços de treinamento

mobilizando de 50.000 a 100.000 pessoas, espalhados pelas principais capitais e cidades do Brasil. Apesar da multiplicidade político-pedagógica destes projetos, pode-se apontar como pontos comuns a utilização do ensino de conteúdos exigidos nos vestibulares como um elemento que mobiliza um grande número de estudantes interessados no ingresso no Ensino Superior e dele barrados em função da histórica barreira que o vestibular representa para as classes populares e grupos sociais discriminados (SANTOS, 2007; EDUCAFRO, 2008; NASCIMENTO, 1999).

para o vestibular de pessoas que não tem condição de acessar aos cursinhos privados. Nesta perspectiva, os PVP's poderiam substituir a implementação das cotas étnico-sociais, como o que foi tentado pelo ministério da educação do governo Fernando Henrique Cardoso, que implementou no fim de 2002 o programa *Diversidade na Universidade*. Esse programa tinha como um dos eixos apoiar financeiramente PVP's, denominados Projetos Inovadores de Curso (PIC), para que fizessem o recorte étnico-racial, atingindo assim, segundo essa concepção, o público beneficiado pelas cotas sem a necessidade da implementação da reserva de vagas (ALMEIDA, 2008).

A idéia de promover a inclusão de negros e pobres no ensino superior sem a necessidade de cotas através dos PVP's foi cortejada por alguns pesquisadores e gestores educacionais. Em artigo intitulado *Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo*, os autores Simão Dias Vasconcelos e Ednaldo Gomes da Silva procuram mostrar a eficiência dos PVP's como instrumento potencializador dos candidatos ao vestibular através de estudos acerca dos resultados do Programa Pré-Vestibular Acadêmico Professores do Terceiro Milênio, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). De acordo com os autores, o sucesso do projeto – que aprova até 45% de seus alunos – demonstra a desnecessidade da implementação das cotas. Sobre isso, argumentam:

Se em dez meses é possível preparar alunos egressos de escolas públicas, dando-lhes uma base intelectual que lhes amplia o acesso à universidade pública por mérito, o que não poderia ser feito se, ao invés do sistema de cotas, tivéssemos programas de capacitação e valorização profissional de professores da rede pública e políticas eficientes de melhoria da

escola pública? Ainda seria necessário um sistema de cotas? (VASCONCELOS & SILVA, 2005, p.464).

A partir de monografia escrita por Cícero de Oliveira (2008), pode-se notar que o mesmo raciocínio foi seguido pelo então reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Paulo Jorge Sarkis. Em 2004, Sarkis propôs que os trabalhos dos PVP's financiados pela universidade e geridos pelos estudantes da instituição – Alternativa e Práxis – dirigissem-se prioritariamente para a comunidade afrodescendente da região, com vistas a conseguir a equidade de acesso através destes projetos. De acordo com a proposta, os PVP's seriam unificados e supervisionados pela Comissão Permanente do Vestibular (Coperves).

Assim, para Sarkis, os PVP's funcionariam como um de uma série de instrumentos a serem introduzidos – como mecanismos de avaliação e seleção durante o Ensino Médio, desenvolvimento de programas de formação continuada de professores e de informação sobre as carreiras universitárias, como a Feira das Profissões – para melhorar a qualidade do ensino básico aproximando os candidatos do espaço universitário. A proposta não avançou porque os PVP's, e em especial o Práxis, não abriram mão de sua autonomia político-pedagógica e não quiseram servir de instrumento para barrar as cotas (OLIVEIRA, 2008). Cabe destacar que no ano de 2007 o PVP Alternativa acabou aderindo ao Programa *Diversidade na Universidade*, atuando como um Projeto Inovador de Curso, colocando em prática, ao menos em partes, a proposta elaborada aos PVP's em 2005.

De modo que se tenha idéia da extensão do “Diversidade” no apoio a PVP's, convém destacar que no quarto ano de

implantação do programa foram apoiados 95 PIC's, beneficiando 13.623 alunos. Desse conjunto de estudantes, apenas 2000, cerca de 15%, ingressaram em Instituições de Ensino Superior (FERNANDES, 2008). A respeito dos resultados práticos do programa, Dutra & Escobar (2008) fazem o seguinte questionamento:

Até o momento, os resultados do PIC são insignificantes. É muito investimento para se alcançar apenas 17,5% de aprovação no vestibular. O que este percentual poderia expressar? (DUTRA & ESCOBAR, 2008, p.68).

O otimismo apontado por Vasconcelos & Silva com base no PVP Professores do Terceiro Milênio, que segundo os autores aprova em torno de 45% de seus alunos, não se comprovou no conjunto de PVP's apoiados pelo *Diversidade na Universidade*. Em termos quantitativos, a tentativa de substituir as cotas apostando nos PVP's como promotores da inclusão de negros, indígenas e pobres foi um fracasso.

2. Manifesto em favor das cotas: os PVP's como um movimento social

Para os posicionamentos favoráveis às cotas, existe uma visão inversa a respeito do papel dos PVP's. Ao invés de agirem como alternativas às cotas, eles serviriam como agentes de tensionamento do Estado para que este implemente medidas efetivas de democratização do acesso ao Ensino Superior. Dentro dessas medidas, se insere a reserva de vagas para negros, indígenas e carentes. Por este viés, os PVP's são vistos como um movimento social, e não como parte de uma política pública (NASCIMENTO, 1999; SANTOS, 2007).

Esta perspectiva se deve à colaboração de organizações do movimento estudantil, do movimento negro, e de setores progressistas da Igreja Católica na construção de vários PVP's. Para Thiago Pereira, *a popularização dos cursos*

populares é tributária do Movimento Negro organizado e das experiências dos cursos pré-vestibulares voltados à comunidade negra (2007, p.62). O protagonismo do movimento negro na realização de diversas experiências pedagógicas em PVP's espalhados em vários lugares do país constitui-se na intersecção entre a questão da democratização do acesso ao ensino superior e na luta antidiscriminatória pelas ações afirmativas que propõe, entre outras medidas, a realização de cotas étnico-raciais para o ingresso ao ensino superior.

Os principais atores dessa perspectiva situam-se notadamente no Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), situado em seis municípios do Rio de Janeiro, e no Educação e Cidadania para Afro-descendentes e Carentes (EDUCAFRO), organizado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Distrito Federal. O PVNC foi criado em 1993, e se define como um movimento de educação popular laico e apartidário que atua na educação através da capacitação para o vestibular de estudantes economicamente desfavorecidos em geral e negros em particular (PVNC, 2008). O EDUCAFRO, criado em 1993 na cidade de São Paulo e ligado à Igreja Católica (Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil), tem como objetivo garantir o acesso e a permanência do estudante negro e ou carente no ensino universitário (EDUCAFRO, 2008). Estes dois PVP's vão participar ativamente da militância pró-cotas na qualidade de movimento social.

Com colaboração intensa desses dois PVP's, em 04/07/06, ativistas e professores entregaram aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o *Manifesto em Apoio às cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*, com

600 assinaturas (hoje já há mais de 2100 assinaturas). Documento semelhante foi entregue ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Esta ação, a um só tempo, pretendia afirmar a posição dos movimentos sociais de considerar o projeto da Lei de Cotas nas Universidades como essencial para a efetivação da democracia; mostrar amplo apoio acadêmico às cotas através de assinaturas de professores de várias universidades do país; contrapor o Manifesto contrário às cotas que havia sido entregue ao Congresso dias antes com 47 assinaturas angariadas entre alguns professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade de São Paulo (USP) e alguns ativistas. A redação e organização do manifesto ficou a cargo de Alexandre do Nascimento, líder do PVNC, de Frei David Raimundo, líder do EDUCAFRO, e de José Jorge de Carvalho, professor da Universidade de Brasília (UnB) (PVNC, 2008).

Segundo tal documento,

foi a constatação da extrema exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades que impulsionou a atual luta nacional pelas cotas, cujo marco foi a Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida, em 20 de novembro de 1995, encampada [entre outros movimentos, por] cursinhos pré-vestibulares para afrodescendentes e pobres (PVNC et al., 2007).

A atuação desses PVP's situa-os na linha de frente na pressão pela implementação de uma política pública concreta, a política de cotas. E para além disso, a política de permanência no ensino superior, como condição indispensável para a democratização dos processos de difusão e produção e do conhecimento (PVNC, 2008).

Considerações finais

A disputa nos rumos das políticas públicas de acesso ao ensino superior no nosso país

se entrecruza com a trajetória dos PVP's. O programa *Diversidade na Universidade*, idealizado como proposta após a “Conferência Mundial de Combate ao Racismo” ao final de 2001 na África do Sul, foi apresentado como uma alternativa ao sistema de cotas que havia sido sugerido pela própria Conferência. Para a consecução dessa alternativa, houve uma tentativa de institucionalizar os PVP's como política pública (NASCIMENTO, 2008).

Confrontando essa perspectiva, militantes sociais e estudantis organizados em torno de PVP's expressivos como o PVNC e o EDUCAFRO, encamparam a luta a favor da implementação das cotas raciais e sociais na universidade. Sua atuação se fundamentou na premissa de que o Estado não estava garantindo igualdade de acesso ao conhecimento, alijando marcadamente negros e pobres do ingresso no ensino superior.

De um lado os PVP's são vistos como política pública. E na qualidade de política pública, devem ser capazes de colaborar para que os grupos étnico e socialmente alijados da universidade se apropriem deste espaço. Do outro os PVP's são vistos como movimento social. E na qualidade de movimento social, devem pressionar o Estado para que ele construa políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, dentre elas a política de cotas étnico-sociais.

A perspectiva que entende o PVP enquanto política pública tem sofrido derrotas significativas, que se refletem no fracasso quantitativo do programa *Diversidade na Universidade*, principalmente no que diz respeito a lograr aprovação de afrodescendentes, indígenas e pessoas de baixa renda na universidade. As taxas de aprovação dos estudantes beneficiados pelo programa não conseguem ultrapassar a pífia

marca dos 17,5% na mais otimista das avaliações. Os PVP's enquanto política pública de promoção de acesso ao ensino superior têm conseguido desempenhos parcos e insuficientes.

Já a perspectiva que concebe o PVP enquanto movimento social tem obtido vitórias sucessivas. Os últimos cinco anos têm sido marcados por mudanças significativas no sistema de ingresso ao ensino superior. A adoção de reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais como forma de ação afirmativa de grupos historicamente alheios do espaço universitário tem recebido a adesão cada vez mais instituições de ensino superior. Na rede privada, a lei 11.906/05 (Programa Universidade para Todos, o Prouni), regulamenta o sistema de reserva de bolsas de estudos para todos os grupos supracitados. Segundo dados de 2008 da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mais da metade das universidades estaduais em todo o Brasil e 42% das instituições federais de ensino superior já adotam algum tipo de ação afirmativa atualmente. A lei das cotas na universidade foi finalmente aprovada no Congresso em 2008, instituindo 50% de reserva de vagas para estudantes de escola pública, observando uma proporcionalidade para negros, indígenas e pessoas com necessidades especiais².

Este estado de coisas coloca um questionamento instigante: a partir deste quadro em que os PVP's, enquanto

² Se juntarmos os dois movimentos de abertura do ensino superior para brancos de baixa renda e para os não-brancos, as cotas nas universidades públicas e o ProUni em apenas cinco anos serão capazes de colocar quase meio milhão de estudantes negros que ingressarão no mercado ou na pós-graduação, levando consigo a esperança pessoal e familiar, num acontecimento de proporções monumentais, sem paralelo qualquer na história da sociedade brasileira (NASCIMENTO et al., 2008, p.12).

política pública têm se demonstrado ineficientes, e enquanto movimento social tem conseguido vitórias em suas principais pautas, não seria o momento de admitir o esvaziamento da própria razão de existência dos PVP's? Colocando a questão em outras palavras: já que os PVP's não têm eficácia de aprovação de seu público alvo e já conseguiram a principal pauta de suas reivindicações, que é a implementação de cotas, para que se justifica a existência dos PVP's?

É claro que estes questionamentos têm o sentido de provocação. É muito provável que os PVP's continuem existindo, mas sem dúvida é necessário um repensar de seus projetos político-pedagógicos. É preciso que os PVP's admitam sua ineficiência em preparar para o vestibular o seu público alvo para que possam pensar seus projetos a partir desse dado. Da mesma forma, é preciso projetar político-pedagogicamente os PVP's em uma situação pós-aprovação das cotas. Quais as implicações que a implantação da reserva de vagas enquanto política de ação afirmativa tem nos PVP's? Este problema de pesquisa se apresenta aos PVP's, como um desafio inadiável. De uma forma mais ampla, a universidade também está num ambiente de se repensar. E no momento em que se repensa a universidade, conseqüentemente há uma mudança na sociedade. Este ambiente desafiador chama toda a sociedade, notadamente seus setores em situação de maior vulnerabilidade, a formularem objetivos e esperanças. Há que se ter a ânsia descobridora para trilhar caminhos ainda não trilhados.

Referências:

- ALMEIDA, N. P. **Diversidade na Universidade: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Inep, 2001.
- DUTRA, M. R. P.; ESCOBAR, G. V. **Projetos Inovadores de Cursos.** Santa Maria: Pallotti, 2008.
- EDUCAFRO: Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes. Disponível em <<http://www.educafro.org.br>>. Acesso em 07 jan. 2009.
- NASCIMENTO, A. do. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares.** Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- NASCIMENTO, A. do.; et. al. **Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas.** 2008. Disponível em <<http://www.pvnc.org>>. Acesso em 07 jan. 2009.
- OLIVEIRA, C. S. de. **O Práxis-coletivo de educação popular e a universidade em movimento.** 2008. 171f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria RS, 2008.
- PVNC, Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Disponível em: <<http://pvnc.sites.uol.com.br/>>. Acesso em 09 de janeiro de 2010.
- QUEIROZ, D.M.; SANTOS, J.T. **Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal.** Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 58-75, dez. 2005/fev.2006.
- SANTOS, R. E. dos. **Por uma Educação anti-racista: desafios aos cursos pré-vestibulares populares para negros.** In: BRAGA, M. L. de S.; SILVEIRA, M. H. V da (org). **O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista.** 1. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2007.
- VASCONCELOS, S. D.; SILVA, E. G. **Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo.** Ensaio: aval. pol. públ. educ. Rio de Janeiro: v.13, n.49, p. 453-468, out/dez. 2005.